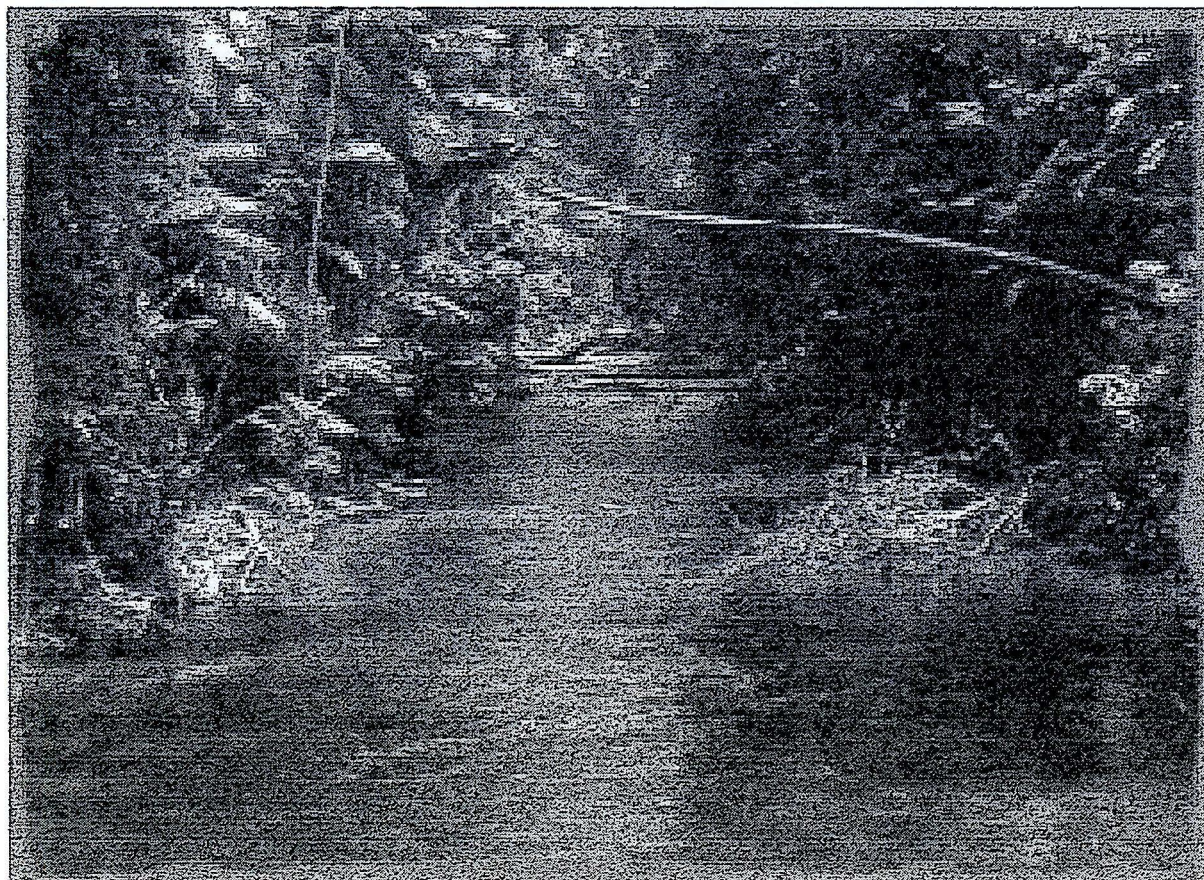
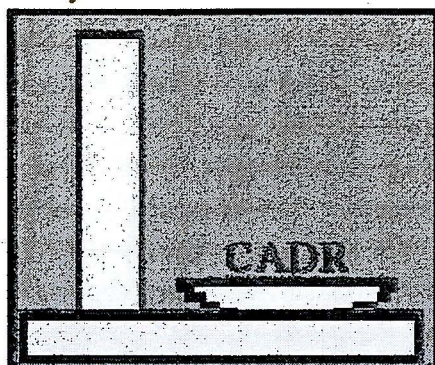


CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1999**



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	pag. 1
COMPOSIÇÃO	pag. 2
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	pag. 3
FOTOS.....	pag. 11
ESTATÍSTICA.....	pag. 13
CONTROLE DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES	pag. 17
PROJETOS APROVADOS.....	pag. 21
PROJETOS REJEITADOS.....	pag. 22
PROJETOS PENDENTES	pag. 22
EMENDAS AO ORÇAMENTO.....	pag. 24
REQUERIMENTOS.....	pag. 30
ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS.....	pag. 37



APRESENTAÇÃO

Desde sua criação a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, dentro de suas atribuições, vem trabalhando para o desenvolvimento dos Estados que compõem a Amazônia seja através de apreciação e votação de Projetos, audiências públicas, debates e seminários, contribuindo para o crescimento de nosso país e futuro do mundo.

Este ano encaminho o presente relatório, com a finalidade de oferecer a todos as informações necessárias dos trabalhos realizados no ano de 1999.

No dia 17 de março deste ano tomei posse na Presidência da Comissão, substituindo o deputado Paulo Rocha PT/PA. A atual Presidência foi composta da seguinte forma: Deputado Josué Bengtson-PTB/PA, Presidente, Deputado Nilton Capixaba PTB/RO como 1º Vice-Presidente, Deputada Elcione Barbalho PMDB/PA na 2ª Vice-Presidentência e Deputado Raimundo Santos PFL/PA na 3ª Vice-Presidentência.

Alcançamos o objetivo. A Comissão durante esse ano, fórum das questões políticas, visou unicamente diminuir os efeitos das desigualdades regionais que penalizam o norte do País. Dessa forma estamos cumprindo o nosso papel político na defesa dos interesses dos nove estados que compõem a Amazônia Legal.

Deputado Josué Bengtson
Presidente



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CADR

PRESIDENTE: JOSUÉ BENGTON (PTB) - PA

1º VICE-PRESIDENTE: NILTON CAPIXABA (PTB) - RO

2º VICE-PRESIDENTE: ELCIONE BARBALHO (PMDB) - PA

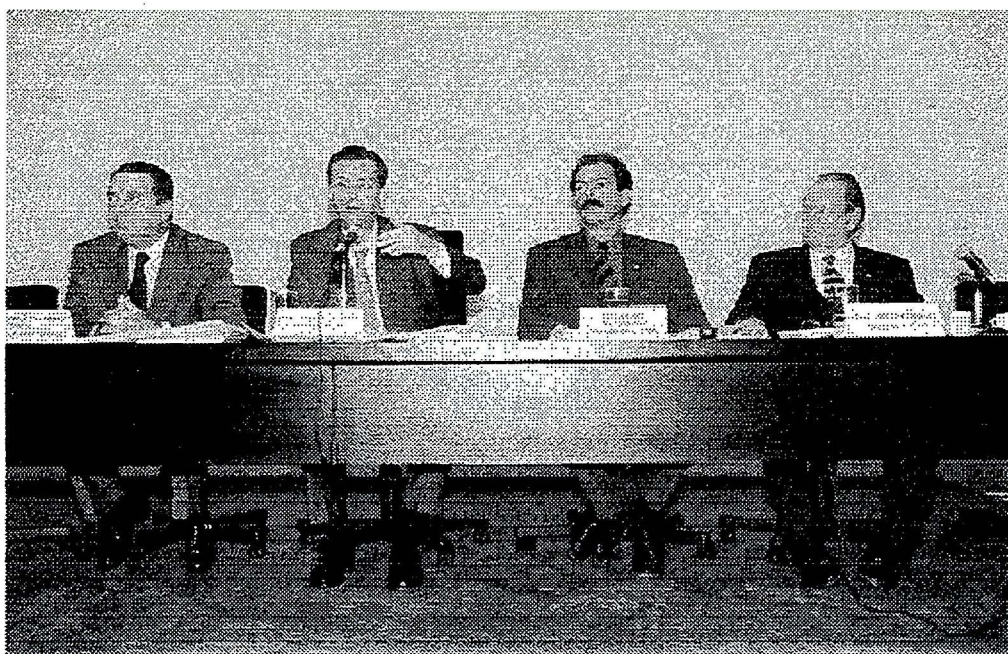
3º VICE-PRESIDENTE: RAIMUNDO SANTOS (PFL) - PA

TITULARES	SUPLENTE
PFL	
ÁTILA LINS - AM	ELTON ROHNELT - RR
DEUSDETH PANTOJA - PA	JOÃO RIBEIRO - TO
LUCIANO CASTRO - RR	JOSE MELO - AM
RAIMUNDO SANTOS - PA	SÉRGIO BARCELLOS - AP
ZILA BEZERRA - AC	VIC PIREZ FRANCO - PA
PMDB	
ELCIONE BARBALHO - PA	ALCESTE ALMEIDA - RR
FREIRE JÚNIOR - TO	CONFÚCIO MOURA - RO
JORGE COSTA - PA	3 vaga(s)
JURANDIL JUAREZ - AP	
MARIO DE OLIVEIRA - MG	
PSDB	
ANIVALDO VALE - PA	BADU PÍCANÇO - AP
JOÃO CASTELO - MA	EDUARDO SEABRA - (PTB) AP
MARINHA RAUPP - RO	NILSON PINTO - PA
NILTON CAPIXABA (PTB) - RO	PEDRO HENRY - MT
SÉRGIO CARVALHO - RO	RICARTE DE FREITAS - MT
PT	
BABA - PA	JOSE PIMENTEL - CE
MARCOS AFONSO - AC	MARCIO MATOS - PR
PAULO ROCHA - PA	1 vaga(s)
PPB	
LUIZ FERNANDO - AM	DR. BENEDITO DIAS - AP
PASTOR AMARILDO - TO	JOÃO TOTA - AC
VANESSA GRAZZIOTIN - AM	SÉRGIO BARROS - AC
PTB	
JOSUÉ BENGTON - PA	RENILDO LEAL - PA
PDT	
EURÍPEDES MIRANDA - RO	AGNALDO MUNIZ - RO
Bloco PSB,PC do B	
EVANDRO MILHOMEM - AP	JOSE ANTONIO (PSB) - MA
Bloco PL,PST,PMN,PSD,PSL	
VALDIR GANZER (PT) - PA	1 vaga(s)



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PROCESSO DE CISÃO DAS COMPANHIAS HIDRELÉTRICAS NO PAÍS E AS CAUSAS DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA



Ministro Rodolpho Tourinho - Ministro de Estado das Minas e Energia - Dep. Gilberto Kassab - Presidente da Comissão de Minas e Energia, Dep. Aluisio Mercadante - Presidente da Comissão de Economia e Dep. Josué Bengtson - Presidente da Comissão da Amazônia.

A Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, reuniu-se dia oito de abril, conjuntamente com as Comissões de Minas e Energia, Defesa do Consumidor, Economia e Indústria, Meio Ambiente e Minorias e Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, sob a Presidência do Deputado Gilberto Kassab, titular da Comissão de Minas e energia.

O tema em debate foram: "O processo de Cisão das Companhias Hidrelétricas no País e as causas da interrupção do fornecimento de energia elétrica ocorrida bem como possíveis formas de reparação aos consumidores dos prejuízos patrimoniais decorrentes do blecaute".

Como expositores estavam presentes à mesa, O Ministro das Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho Neto, Dr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A(ELETROBRÁS), Doutor José Mário Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica(ANEEL), Doutor Mário Fernandes Santos, Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico(NOS) e ainda Doutor Mauro Guilherme Jardim Arce, Secretário de Estado de energia de São Paulo, /doutor Mozart de Siqueira Campos Araújo, Presidente da Companhia Hidrelétrica de São Francisco(CHESF), Doutor José Antônio Muniz Lopes, Presidente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil(ELETRONORTE), Doutor Rui Coutinho, secretário de

Direito Econômico do Ministério da Justiça e Senhor Gonzaga Ulhoa Tenório, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários.

O Ministro Rodolpho Tourinho Neto, fez um diagnóstico da situação do sistema elétrico brasileiro, que já é deficitário em função do alto consumo e ainda as ações do Governo Federal no setor elétrico no período de 1995 a 1998, colocando o Programa de ampliação na captação de energia e das causas do blecaute, colocando um conjunto de fatores que certamente tiveram influência no distúrbio ocorrido no dia 11 de março, que culminou com a perda de cerca de 58% da carga de energia das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

O Processo de Cisão das Companhias Hidrelétricas, como a de Tucuruí foi questionado pelos Deputados da Comissão da Amazônia. Os Deputados perguntaram ao Sr. Ministro, qual o método que será utilizado pelo governo no processo de Cisão, assim como das conseqüências da Fusão, nas regiões de abrangências do projeto, colocando que devem se levados em conta, o emprego da mão de obra e o fornecimento de energia.

A Cisão da UHE de Tucuruí, que é a responsável por 50% do caixa da Eletronorte e o que tem ajudado na sobrevivência da empresa, nos Estados do Amapá, Amazonas, Roraima, Acre e Mato Grosso, graças as transferências maciças de recursos financeiros de Tucuruí, trará como conseqüência perda desses recursos, blecautes e racionamentos, por saberem que, a verba arrecadada na privatização de Tucuruí, irá direto para o Tesouro Nacional, impedindo desta forma que o recursos sejam investidos na Região Amazônica.

Na opinião dos deputados, o fornecimento de energia elétrica na Região Norte que já é deficitário, por falta de incentivo do Governo, seria ainda mais prejudicado, tendo em vista as grandes distâncias na Região, a falta de interesses do setor privado, onde se visa apenas o lucro e não o social, a falta de investimentos do Governo, que com a privatização, tiraria a parte boa do Sistema de Produção de energia Elétrica da Região Norte, deixando somente a parte ruim, o que poderá, agravar ainda mais a situação de pobreza da população amazonida, a qual boa parte ainda não tem energia elétrica em suas casas, embora tenham em seu território a Primeira Usina Hidrelétrica genuinamente Brasileira.

Os Parlamentares da Comissão da Amazônia, sugeriram que esse processo de Cisão, fosse adiado e re discutido com os Estados, com as bancadas e com os trabalhadores do setor elétrico.

O Ministro Rodolpho Tourinho Neto, falou que o Processo de Cisão de Tucuruí ainda não havia sido totalmente definido e que foram pedidos estudos de viabilidade e reafirmou a disponibilidade do Governo no melhor tratamento dos diferentes projetos do sistema elétrico brasileiro.



COMISSÃO DEBATE SAÚDE NA AMAZÔNIA

A audiência pública realizada pela Comissão, no dia 06 de outubro, discutiu o processo de estadualização e municipalização da saúde e as ações da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) na Região Amazônica.

Os requerimentos foram de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Deusdeth Pantoja (PFL-PA).

A principal preocupação dos parlamentares é o aumento dos casos de doenças endêmicas como malária, dengue e hanseníase, o que, na opinião da parlamentar, está associado a descontinuidade do trabalho de prevenção devido a descentralização.

"Não sou contrária a descentralização, mas à forma como ela vem acontecendo", afirmou Vanessa, para quem existe um "grande fosso" entre o que preceitua o Sistema Único de Saúde e a "falta de consistência" na sua aplicação.

Na opinião do deputado Deusdeth Pantoja a evolução das endemias no Estado do Pará é algo assustador.

Para o Presidente da FUNASA, Mauro Ricardo Machado Costa, o processo de descentralização tem como principal mérito aproximar o processo decisório da população

beneficiada pelos serviços. Costa esclareceu que, com exceção do Estado de São Paulo , o controle das endemias continua no âmbito federal.

Também foi discutida a morosidade na apuração das denúncias de fraudes cometidas em 1997 e 1998 por funcionários da Fundação no Amazonas, divulgado em fevereiro.

O deputado Josué Bengtson, questionou sobre os atrasos dos resultados das auditorias.

Mauro Costa atribui o atraso na apuração das denúncias ao acúmulo de processos e auditorias que vêm sendo realizados , além do amplo direito de defesa dos funcionários nos processos administrativo-disciplinares.

O deputado Jorge Costa (PMDB-PA) disse que a obrigação do governo é agir preventivamente , fiscalizando as ações das regionais de saúde, pois quando as denúncias são feitas, normalmente as fraudes já aconteceram , o que torna bastante difícil a recuperação dos recursos desviados .

Na opinião dos parlamentares , a melhoria das condições de vida e saúde da população, em especial da Região Amazônica , não se limita às ações dos órgãos de saúde , mas estende-se à implantação de um conjunto de políticas públicas que envolvem aspectos como educação, moradia e melhor distribuição de renda.

OBJETIVOS E RESULTADOS DO PROJETO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - CCSIVAM

A Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, reuniu-se em audiência pública dia vinte e dois de outubro para debater os objetivos e resultados do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM).

Como convidados os Senhores João dos Reis Pimentel, Diretor-Geral do Departamento de Produção Mineral (DNPM) e o Brigadeiro-do-Ar José Orlando Bellon, Presidente da Comissão para a Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM).

O requerimento foi de autoria do Deputado Josué Bengtson, presidente da Comissão da Amazônia. "A classe política tem que estar em sintonia com os órgãos e defesa e pesquisa da Amazônia. Os investimentos que têm sido feitos, estão muito distante de suprirem às necessidades da Região, que é detentora de grandes reservas mineral e vegetal, o que desperta os interesses internacionais", justifica o deputado.

O Diretor do DNPM, falou sobre o acordo firmado entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia, com o objetivo no assentamento do brasileiro em sua própria terra amazônica, de maneira que a mineração possa contribuir para a transformação dos recursos naturais, programa esse que tem entre outras vantagens, permitir o intercâmbio de informações, a atuação do DNPM em diversos segmentos compatíveis com a mineração, tais como a recuperação do meio ambiente, a própria vigilância do tráfico de minérios nas fronteiras, coibir a iniciativa de extrações irregulares de mineração, enfim fazer com que o DNPM tenha controle das descobertas de novas jazidas minerais e com isso fixar o homem no interior, bem como levar o desenvolvimento para toda a Região.

O Presidente da Comissão para a coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia, CCSIVAM, confirmou o que foi dito pelo representante do DNPM e acrescentou ainda que caberá ao SIVAM coletar os dados, constantemente atualizados e repassar aos órgãos competentes, objetivando assim a melhoria do processo de planejamento estratégico regional de forma permanente e sistemática.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM 1999

DATA	TEMA/AUTOR DO REQUERIMENTO	PARTICIPANTES
08/04	<ul style="list-style-type: none"> Processo de cisão das companhias hidrelétricas no País e as causas da interrupção do fornecimento de energia elétrica ocorrida, bem como possíveis formas de reparação aos consumidores dos prejuízos patrimoniais decorrentes do blecaute. Da Sra. Vanessa Grazziotin (Audiência Pública Conjunta) 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministro de Estado das Minas e Energia – Dr. Rodolpho Tourinho Neto - Presidente da Eletrobrás – Dr. Firmino Ferreira Sampaio Neto - Diretor-Geral da ANEEL – Dr. José Mário Abdo - Diretor-Presidente do NOS – Dr. Mário Fernando Santos - Secretário de Energia do Estado de São Paulo – Dr. Mauro Guilherme Jardim Arce - Presidente da CHESF – Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo - Presidente da Eletronorte – Dr. José Antônio Muniz Lopes
15/04	<ul style="list-style-type: none"> Discussão da Instrução Normativa nº 4, do Ministério do Meio Ambiente, de 18 de fevereiro de 1999, que determina ao IBAMA a suspensão de concessão de autorização para desmatamento, pelo prazo de cento e vinte dias, nos Estados da Amazônia Legal. Dos Srs. Marcos Afonso, Valdir Ganzer e João Grandão 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministro do Meio Ambiente – Dr. José Sarney Filho - Representante da FETAGRI – Sr. Avelino Ganzer - Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros – Sr. José Juarez Leitão dos Santos - Presidente da Associação Amigos da Gerra – Sr. Robert Smeraldi - Presidente do Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA – Sr. Claudionor Alexandre Barbosa da Silva - Representante da Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso – Sr. Amado de Oliveira Filho - Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) – Sra. Ana Cristina Barros - Representante da Associação dos Exportadores de Madeira do Pará (AIMEX) – Sr. Guilherme Carvalho
28/04	<ul style="list-style-type: none"> Discutir os serviços de apoio às micros e pequenas empresas – SEBRAE's da Amazônia Legal no combate ao desemprego na região e no fortalecimento ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresários. Do Sr. Raimundo Santos 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor-Superintendente do SEBRAE/AC – Sr. George Teixeira Pinheiro - Diretor-Superintendente do SEBRAE/AM – Sr. José Carlos Reston - Diretor-Superintendente do SEBRAE/MA – Sr. João Vicente de Abreu Neto - Diretor-Superintendente do SEBRAE/MT – Sr. José Guilherme Barbosa Ribeiro - Diretor-Superintendente do SEBRAE/PA – Srª. Maria Oslecy da Rocha Garcia - Diretor-Técnico do SEBRAE/RO – Sr. Silvio Rodrigues Persivo Cunha - Diretor-Técnico do SEBRAE/RR – Sr. Armando Freire Ladeira - Diretor-Técnico do SEBRAE/TO – Sr. Pio Cortizo Vidal Filho - Presidente do Conselho Deliberativo SEBRAE/AM – Sr. Iraçu Colares
19/05	<ul style="list-style-type: none"> Debate sobre o projeto “Comunidades da Amazônia – Transição do Século XXI”. Da Sra. Vanessa Grazziotin 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) – Sr. Claudionor Alexandre Barbosa da Silva - Diretor da Rede Amazônica de Rádio e Televisão - Raimundo Farias Moreira
26/05	<ul style="list-style-type: none"> Atividades do Grupo Rede no Brasil, pioneira no processo de privatização dos setor elétrico no País e na Região Norte (CELTINS E CELPA) Do Sr. Josué Bengtson 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor-Presidente do Grupo Rede no Brasil – Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior
02/06	<ul style="list-style-type: none"> Esclarecimentos sobre o registro e 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor do Programa Nacional de Biodiversidade e Recursos Genéticos – Sr. Bráulio Ferreira de Souza



COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	<p>comercialização de produtos transgênicos no Brasil (Audiência Pública Conjunta)</p> <ul style="list-style-type: none"> Da Sra. Vanessa Grazziotin 	<ul style="list-style-type: none"> - Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Sr. Marcos Jank - Secretário do Desenvolvimento Rural (Representante do Ministério da - Agricultura e do Abastecimento – Sr. Rinaldo Junqueira - Diretor de Alimentos e Toxicologia (Representante do Ministério da Saúde - Sr. Ricardo Olivar - Secretário de Desenvolvimento Científico – Sr. Fernando de Castro Reinach - Representante da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do - Ministério da Ciência e Tecnologia – Sr. Ernesto Paterniani - Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Sra. Marilena Lazzarini - Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Sr. Miguel Pedro Guerra - Representante do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – Edélio Vigna de Oliveira.
09/06	<ul style="list-style-type: none"> Esclarecimentos sobre as atividades do Programa Bolsa Amazônia - POEMA Do Sr. Nilson Pinto 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadora do Programa Bolsa Amazônia – POEMA – Srª. Maria de Nazaré Imbiriba Mitschein
23/06	<ul style="list-style-type: none"> Esclarecimentos sobre os registros minerários incidentes em terras indígenas.. Dos Srs. Paulo Rocha, Marcos Afonso e Josué Bengtson 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – Dr. Miguel Navarrete Fernandez Júnior - Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) – Sr. Jorge Luiz Brito Cunha Reis - Coordenador do Instituto Sócio Ambiental – Sr. Márcio Santilli
22/09	<ul style="list-style-type: none"> Os objetivos e resultados do Projeto de Fiscalização e Vigilância da Amazônia - CCSIVAM Do Sr. Josué Bengtson 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor-Geral do Departamento de Produção Mineral (DNPM) – Sr. João dos Reis Pimentel - Presidente da Comissão para a Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM) – Brigadeiro-do-Ar José Orlando Bellon
29/09	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de desenvolvimento da Amazônia, do Fundo Constitucional do Norte – FNO e da privatização do Banco da Amazônia - BASA. Do Sr. Paulo Rocha 	<ul style="list-style-type: none"> - Superintendente da SUDAM – Dr. José Arthur Guedes Tourinho - Presidente do BASA – Dra. Flora Valladares Coelho - Presidente da Federação da Agricultura de Roraima – Sr. Almir Moraes Sá - Presidente da Federação da Agricultura do Pará – Sr. Carlos Fernandes Xavier - Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia – Sr. Júlio Augusto Miranda Filho - Presidente da Federação das Indústrias do Pará – Sr. Danilo Olívio Carlotto Remor - Diretor da Federação das Indústrias do Amazonas – Sr. Raimar da Silva Aguiar - Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará/Amapá - Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas – Sr. Wilson Ferreira Paixão - Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – Sr. Anselmo de Jesus Abreu
30/09	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação mercurial no município de Tartarugalzinho/AP, e avaliação das ações do Governo Federal com 	<ul style="list-style-type: none"> - Representante do Departamento de Qualidade Ambiental do IBAMA – Sr. Antônio Carneiro Barbosa - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Jean Remy Davée Guimarães



COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	<p>relação ao controle e monitoramento de áreas contaminadas por mercúrio em outras regiões brasileiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> Da Sra. Vanessa Grazziotin 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretário do Meio Ambiente do Estado do Amapá – Sr. Antônio Sérgio Monteiro Filocrião - Secretário da Coordenação da Amazônia e do Amapá – Marcos Antônio Chagas - Subprocurador-Geral da República – Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos - Geólogo do IBAMA – Múcio Nobre da Costa Ribeiro
06/10	<ul style="list-style-type: none"> Processo de estadualização e municipalização da saúde, e a ação da Fundação Nacional de Saúde na Região Amazônica. Dos Srs. Deusdeth Pantoja e Vanessa Grazziotin 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Fundação Nacional de Saúde – Sr. Mauro Ricardo Machado Costa - Coordenador da Fundação Nacional de Saúde do Estado do Pará – Sr. Manuel da Luz Barros - Coordenador do Núcleo Estadual de Controle de Endemias da Secretaria-Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará – Sr. Amiraldo da Silva Pinheiro - Secretário-Geral do Sindicato dos Servidores do Estado do Amazonas – Sr. Walter Matos de Moraes - Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal – Sr. Pedro Armengol de Souza
06/10	<ul style="list-style-type: none"> A Região Amazônica e a Soberania Nacional (SUBCOMISSÃO DA CISÃO DE TUCURUÍ) Da Sra. Vanessa Grazziotin 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisador – Dr. Bautista Vidal
19/10	<ul style="list-style-type: none"> Reestruturação do Setor Elétrico da Amazônia Da Sra. Vanessa Grazziotin 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Eletrobrás – Sr. Firminino Ferreira Sampaio Neto - Diretor do Departamento Nacional de Políticas Energéticas – Sr. Mário Dias Miranda - Secretário de Meio Ambiente da Federação dos Urbanitários – Sr. Mauro Martinelli - Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANNEE) – Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho
10/11	<ul style="list-style-type: none"> Reestruturação do setor elétrico da Amazônia (SEMINÁRIO DA SUBCOMISSÃO DA CISÃO DE TUCURUÍ) Da Sra. Vanessa Grazziotin 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto - Diretor-Ouvidor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) – Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho - Diretor do Departamento Nacional de Políticas Energéticas – Mário Dias Miranda
25/11	<ul style="list-style-type: none"> SEMINÁRIO “Amazônia – Uma Questão de Soberania Nacional” Do Sr. Josué Bengtson 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenador Geral do PROARCO (Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente “Controle da Devastação Ambiental” – Sr. Humberto Candeias Cavalcanti - Presidente do Greenpeace – Sr. Roberto Kishinami - Deputado Antônio Feijão - Representante do Parlamento Amazônico – Sr. José Geraldo Riva - Ministro da Defesa – Sr. Elcio Alvares - Presidente da CCSIVAM – Brigadeiro-do-Ar José Orlando Bellon - Pesquisador – Profº Bautista Vidal

REUNIÃO ORDINÁRIA



Adipo / Câmara

Dep. Nilton Capixaba - Vice-Presidente, Dep. Josué Bengtson - Presidente da Comissão e Tércio Mendonça Vilar - Secretário da Comissão

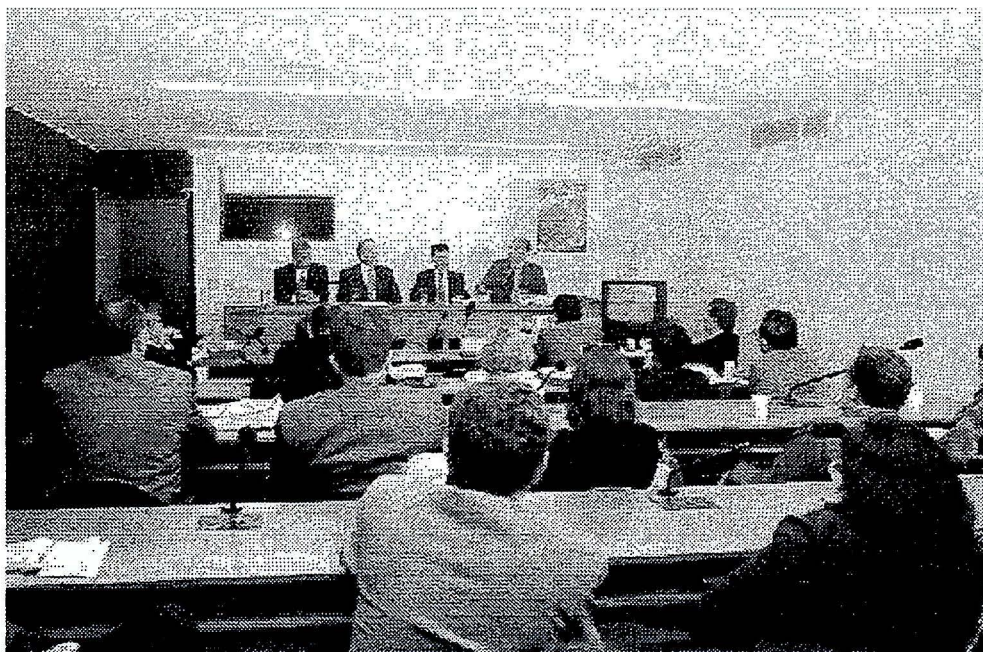
DISCUSSÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



Adipo / Câmara

Ministro José Sarney Filho - Ministro de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Renováveis, Deputado Josué Bengtson - Presidente da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional

REUNIÃO INFORMAL



Adip / Câmara

Senador Ademir Andrade , Dep. Josué Bengtson - Presidente da Comissão da Amazônia, Senador Luiz Otávio e Secretário de Turismo do Pará

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS REGISTROS MINERÁRIOS INCIDENTES EM TERRAS INDÍGENAS



Adip / Câmara

Márcio Santili - Coordenador do Instituto Sócio Ambiental , Deputado Josué Bengtson - Presidente da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento e Dr. Miguel Navarrete - Diretor-Geral do Departamento de

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÕES							OUTROS EVENTOS	TOTAL	EXPOSITORES (Convidados)
Ordinária	Extraordinárias	Subcomissões	Conjuntas	Audiências Públicas	Informais	Subtotal			
19	0	3	2	11	8	43	1	44	79

APRECIAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Pendentes no Ano Anterior	10
Retiradas	9
Emendas Apresentadas na Comissão	12

APRECIADAS

APROVADAS	REJEITADAS	REDAÇÃO FINAL	OUTROS PARECERES	SUBTOTAL
19	1	0	0	20

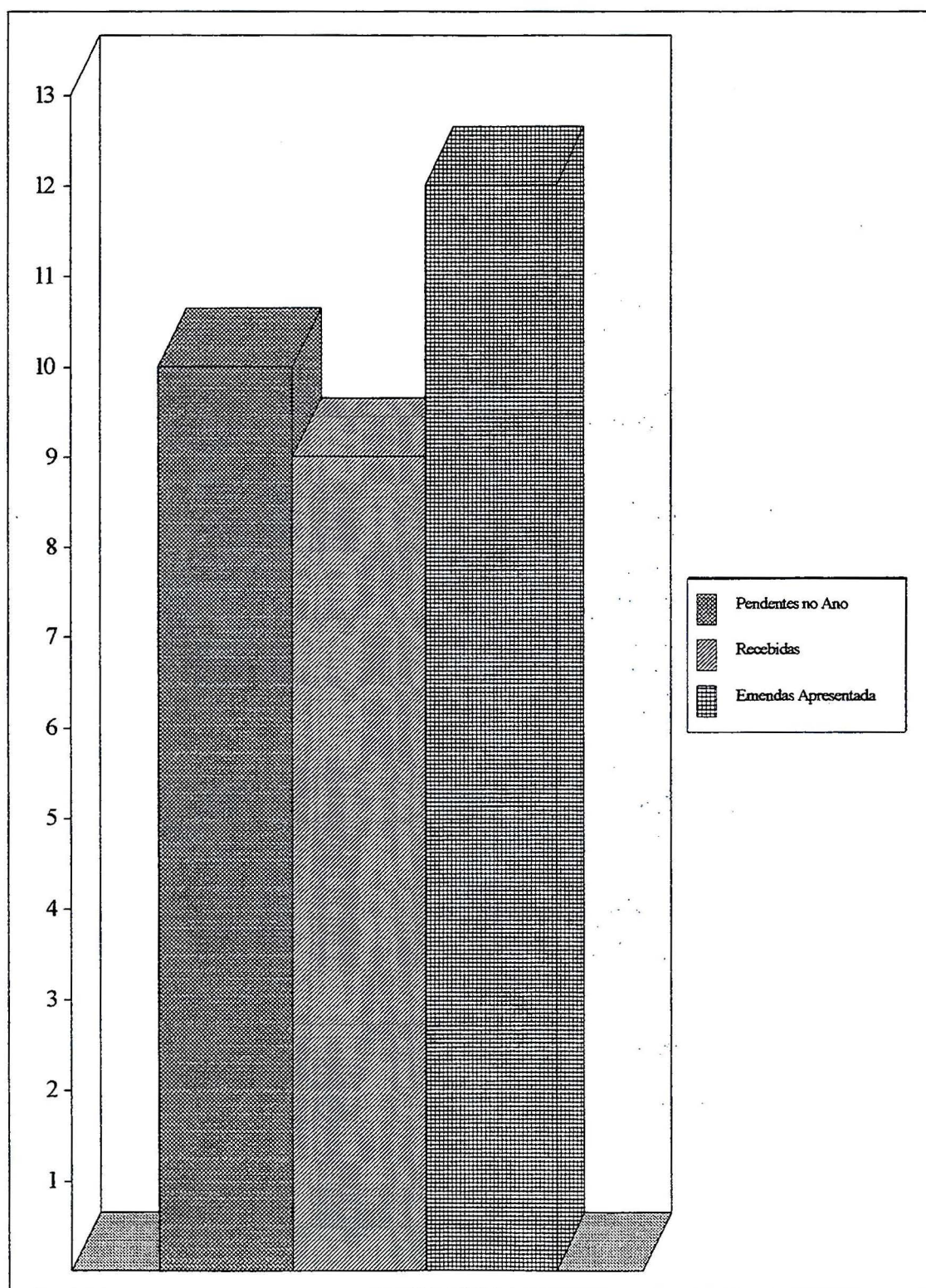
SAÍDAS DIVERSAS

RELATADAS EM PLENÁRIO	EMENDAS	RETIRADAS E/OU ARQUIVADAS	PREJUDICADAS	REDAÇÃO FINAL	OUTRAS	SUBTOTAL
1	0	1	0	0	0	2

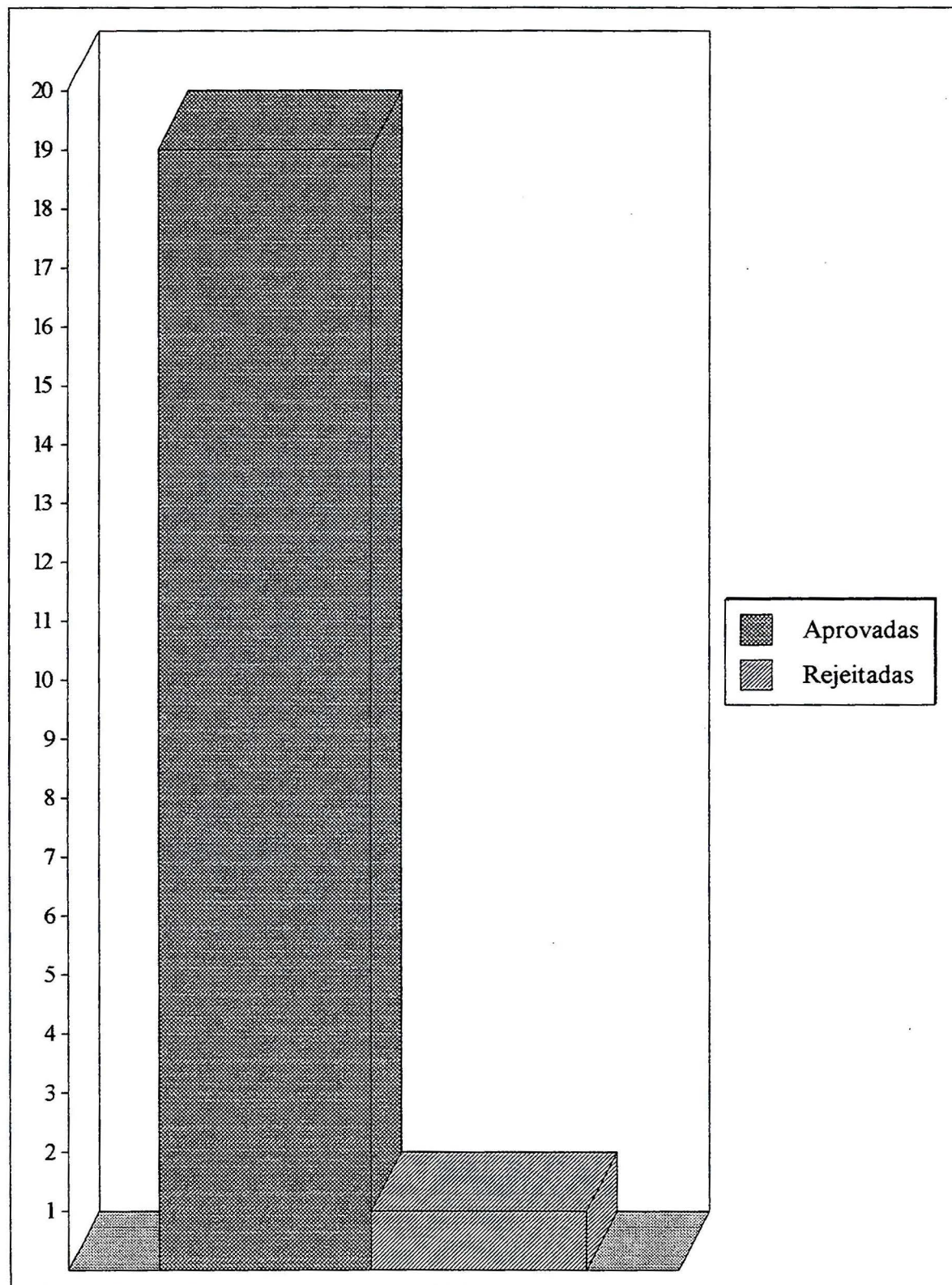
Pendentes na Comissão	9
Pareceres Preliminares	0
Pareceres recebidos	0
Apensadas na Comissão	1



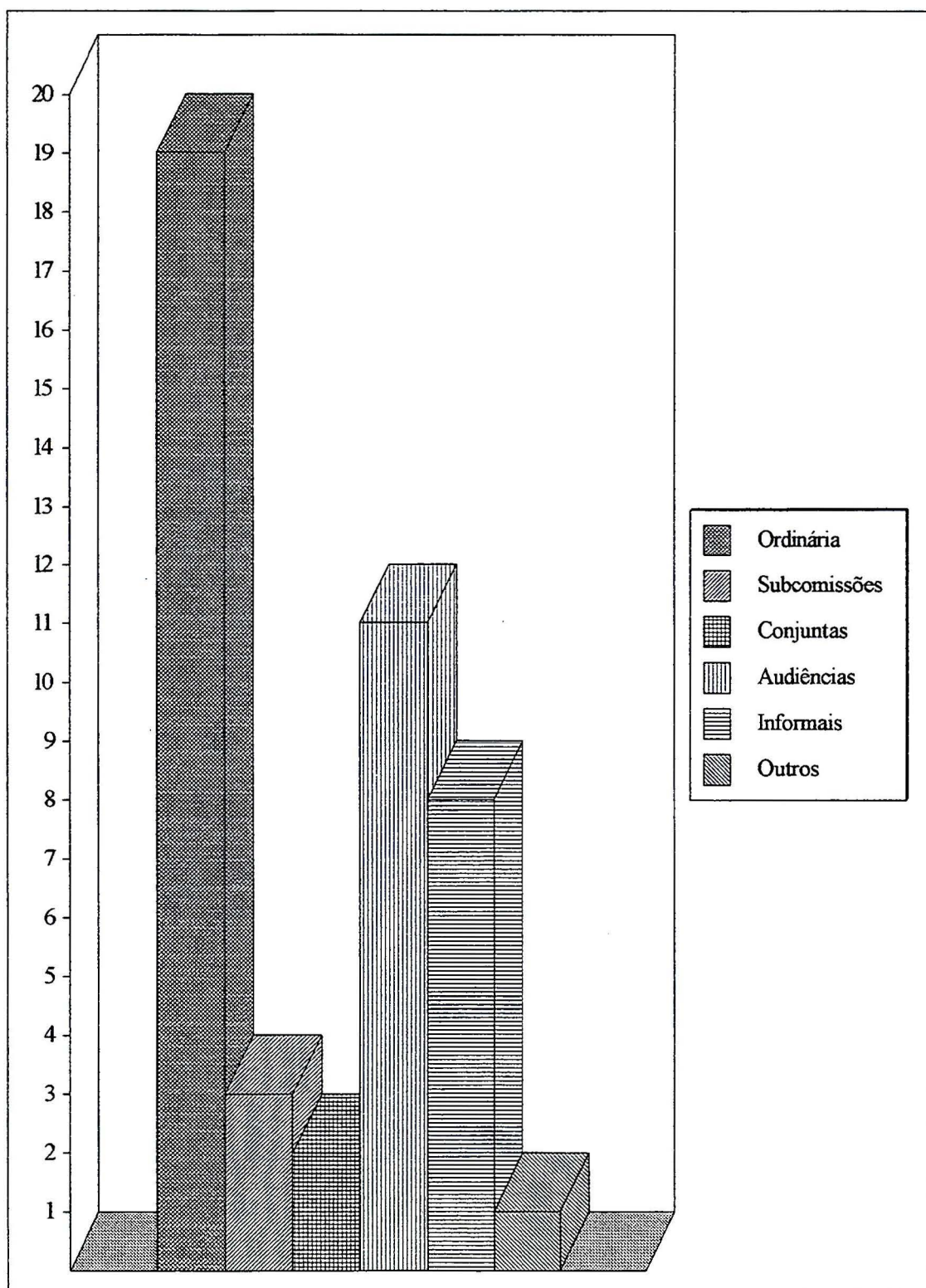
APRECIAÇÃO DE PROPOSIÇÕES



SAÍDAS DIVERSAS



REUNIÕES REALIZADAS



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PLP 3/99	HILÁRIO COIMBRA	Cria a Região Integrada de Desenvolvimento Manaus-Boa Vista e dá outras providências.	05.04.99	PRIORIDADE CADR/CDUI/CFT/CCJR	ANIVALDO VALE 05.05.99		PARECER FAVORÁVEL 18.05.99	APROVADO, UNANIMEMENTE, O PARECER DO RELATOR 18.08.99	À CDUI 01.09.99	
PLP 10/99 ART. 54 ART. 24,II	PAULO ROCHA	Dispõe sobre a proteção da floresta natural primária na região Centro-Oeste.	09.04.99	ORDINÁRIA CADR/CDCMAN/ CFT/CCJR	JORGE COSTA 07.05.99	07.05 a 13.05.99 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 19.08.99	APROVADO, UNANIMEMENTE, O PROJETO 02.09.99	À CDCMAN 08.10.99	
PDC 59/99 ART. 54	CREDN MSC 130/99	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em Caracas, em 14 de dezembro de 1998.	08.05.99	URGÊNCIA CADR-CFT-CCJR	ELCIONE BARBALHO 27.05.99				VOTADO EM PLENÁRIO 02.08.99	
PL 314-A/95	PAUDERNEY AVELINO	Cria área de livre comércio no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, e dá outras providências	30.11.98	ORDINÁRIA CEIC -CADR - CFT CCJR	DEUSDETH PANTOJA 12.03.99	12.03 a 18.03.99 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 15.04.99	APROVADO, O PROJETO, CONTRA OS VOTOS DO DEP. BABÁ	À CFT 24.08.99	VISTA AO DEP. JORGE COSTA 28/04/99
PL 334-A/95	PEDRO FERNANDES	Dá nova redação ao Inciso I do art. 5º e acrescenta § 3º ao art. 18 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	28.06.98	ORDINÁRIA CADR CCJR	JOÃO CASTELO 28.06.99	28.06 a 05.08.99 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 607/99	MURILO DOMINGOS	Dispõe sobre a reserva legal dos imóveis rurais e dá outras providências.	26.05.99	APENSADO AO PL 2.359/98						
PL 680/99	FREIRE JÚNIOR	Dispõe sobre a exploração de florestas na Amazônia Legal.	27.05.99	ORDINÁRIA CADR-CDCMAN-CCJR	SÉRGIO CARVALHO 21.06.99	21.06 a 25.06.99 RECEBEU 2 EMENDAS			DEVOLVIDO À CCP 13.10.99	
PL 1.078/99 ART. 54 ART. 24,II	VALDIR GANZER	Dispõe sobre a alocação da Parcela da Preço Específica dos combustíveis, na Amazônia Legal.	18.08.99	ORDINÁRIA CADR-CME-CCJR	EVANDRO MILHOMEM 02.09.99	02.09 a 13.09.99 NÃO RECEBEU EMENDAS				
PL 1.091/99 ART. 54 ART. 24,II	WALDEMIR MOKA	Modifica o art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1996.	11.11.99	ORDINÁRIA CDVI-CADR-CFT-CCJR	PASTOR AMARILDO 19.11.99	19.11 a 25.11.99 NÃO RECEBEU EMENDAS				
PL 1.484/99 ART. 54 ART. 24, II	ÁTILA LINS	Cria área de livre comércio no Município de Parintins, no Estado do Amazonas e dá outras providências.	08.10.99	ORDINÁRIA CADR-CEIC- CFT(MÉRITO) CCJR	ZILA BEZERRA 22.10.99	22.10 a 28.10.99 NÃO RECEBEU EMENDAS				
PL 1.741/98	MAX ROSENMANN	Regulamenta o disposto no artigo 238 da Constituição. e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 2.671/89
PL 1.911/89	SOLON BORGES DOS REIS	Regulamenta o disposto no artigo 238 da Constituição. e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 1.060/88
PL 1.915/99 ART. 54 ART.24,II	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras.	11.11.99	PRIORIDADE CADR - CSSF - CDCMAN-CCJR	JOSUÉ BENGTSOEN 19.11.99	19.11 a 25.11.99 NÃO RECEBEU EMENDAS				
PL 2.175-A/98 Art. 54 Art. 24, II	VILMAR ROCHA	Altera a redação do artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1996, modificando a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e prorroga o prazo fixado pelo artigo 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, modificado pela Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994.	5.09.97	ORDINÁRIA CDUI/CADR /CADR/ CCJR -	PASTOR AMARILDO 23.03.99	23.03.99 a 29.03.99 NÃO HOUVE EMENDAS				



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 2.343-A/98	PAUDERNEY AVELINO	Dispõe sobre a implantação de consórcios ecológicos para a defesa ambiental da Amazônia.	09.12.98	ORDINÁRIA CDCMAM/CADR/CFT/CCJR	MARINHA RAUPP 12.03.99	12.03.99 a 18.03.99 NÃO HOUVE EMENDAS	19.05.99 PARECER FAVORÁVEL	APROVADO, UNANIMEMENTE, O PROJETO NOS TERMOS DO PARECER DO RELATOR	À CFT 01.09.99	VISTA O DEPUTADO BABÁ
PL 2.359/98	LUCIANO PIZZATTO	Dispõe sobre áreas de compensação da reserva legal prevista no artigo 16 da Lei nº 4.771, de 16 de setembro de 1985 - Código Florestal e suas modificações.	10.08.99	ORDINÁRIA CADR/CAPR/CDC MAM/CCJR	MARCOS AFONSO 07.05.99	07.05.99 a 13.05.99 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 2.413/89	LUIZ SOYER	Dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis (artigo 238 da Constituição)	08.05.97	PRIORIDADE					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 1.060/88
PL 2.450/98	WILSON CIGNACHI	Proíbe as distribuidoras de combustíveis e lubrificantes, e dá outras providências.	05.06.97	PRIORIDADE					À CME 22.09.99	APENSADO AO 2.671/89
PL 2.515/98 ART. 24, II	ADÃO PRETTO E OUTROS	Dá nova redação à Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Itr e dá outras providências.	07.05.97	PRIORIDADE CADR/CAPR/CFT/CCJR	ANIVALDO VALE 31.03.99	31.03.99 a 08.04.99 NÃO HOUVE EMENDAS	15.04.99 PARECER CONTRÁRIO	REJEITADO O PROJETO NOS TERMOS DO PARECER DO RELATOR, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PAULO ROCHA, BABÁ E VANESSA GRAZZIOTIN	À CAPR 24.08.99	VISTA AO DEP. BABÁ 29/04/99
PL 2.815/89	MAX ROSENMAN	Regulamenta o artigo 238 das disposições Constitucionais Gerais, e determina outras providências.	08.05.97	APENSADO AO PL Nº 1.060/88					À CME 22.09.99	
PL 2.671/89 ART. 54 ART. 24, II	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre o exercício das atividades de Posto Revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combustível - AEHC, e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE CADR/CME/CEIC/CCJR	MÁRIO DE OLIVEIRA 17.03.99	17.03.99 a 22.03.99 NÃO HOUVE EMENDAS	CONTRÁRIO AO PL, AOS APENSADOS E ÀS 2 EMENDAS APRESENTADAS NA COMISSÃO	APROVADO, UNANIMEMENTE O PARECER DO RELATOR	À CME 22.09.99	APENSOS: PL 4.113/89 PL 5.403/90 PL 4.742/94 PL 1.741/96 PL 2.450/98 PL 3.844/97
PL 3.211/89 ART. 24, II	ADHEMAR DE BARROS FILHO	Regulamenta o artigo 238 da Constituição Federal, dispondo sobre venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo, de demais matérias-primas renováveis e de álcool carburante.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 1.060/88
PL 3.313/97 ART. 54 ART. 24, II	CONFÚCIO MOURA	Altera dispositivo do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente".	21.07.97	PRIORIDADE CADR/CCJR	LUIZ FERNANDO 10.03.99	27.04.99 a 3.05.99 1 EMENDA 17.09.99 A 25.09.99 (SUBSTITUTIVO N RECEBEU EMENDAS)	PARECER FAVORÁVEL, COM SUBSTITUTIVO		À CCP 28.11.99 DEVOLVIDO EM VIRTUDE DE NOVO DESPACHO.	VISTA AO DEP. JORGE COSTA
PL 3.387/89 ART. 24, II	SÉRGIO SPADA	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo, do álcool etílico combustível e sucedâneos e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 1.060/88
PL 3.844/97 ART. 24, II	WAGNER ROSSI	Permite a comercialização dos produtos derivados de petróleo, do álcool etílico combustível e sucedâneos e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 2.671/89
PL 3.922/89 ART. 24, II	ANTÔNIO SALIM CURIATI	Dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo ou de outras matérias-primas renováveis e de álcool carburante disciplinando o artigo 238 da Constituição Federal.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 1.060/88
PL 4.113/89 ART. 24, II	FRANCISCO AMARAL	Dispõe sobre o funcionamento dos postos de serviço revendedores de combustível e lubrificantes e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 2.671/89					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 2.671/89



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 5.403/90 ART. 24, II	SENADO FEDERAL (PLS Nº 190/89)	Dispõe sobre venda e revenda de combustíveis derivados do petróleo e álcool carburante regulamenta o art. 238 da Constituição, e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE					À CME 22.09.99	APENSADO AO PL Nº 2.671/89 E APENSO A ESTE OS PL'S 1.911/89 2.413/89 2.616/89 3.211/89 3.387/89 3.922/89
PL 2.598/96 ART. 24, II	PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 1.225/96)	Dispõe sobre a extinção das Reservas Extrativistas Mata Grande, no Estado do Maranhão e Extremo Norte do Tocantins, no Estado do Tocantins.	08.05.97	PRIORIDADE CADR/CDCMAN/CCJR	ANÍBAL GOMES 08.05.97	08.05.97 a 15.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	17.06.97 PARECER FAVORÁVEL	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 20.08.97	À CDCMAM 01.09.97	
PL 2.643/96	ANTÔNIO FEIJÃO	Acréscita § 3º ao art. 4º e altera o § 1º do art. 5º do Decreto 517, de 8 de maio de 1992, que regulamenta o artigo 11 da Lei nº 8.337, de 30 de dezembro de 1991, e regula a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, permitindo a industrialização de produtos destinados ao mercado externo pelo sistema de "drawback" e dá outras providências.	13.06.97	ORDINÁRIA CADR/CEIC/CFT/CCJR	HILÁRIO COIMBRA 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 13.10.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 26.11.97	À CEIC 28.11.97	
PL 2.694/97 ART. 24, II	ANIVALDO VALE	Inclui no Plano Nacional de Viação trecho rodoviário que menciona, no Estado do Pará.	13.05.97	ORDINÁRIA CADR/CVT/CCJR	VANESSA GRAZZIOTIN 02.09.99	02.09 a 13.09.99 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 12.11.99			
PL 2.721-A/97 ART. 54	JOÃO MAIA	Cria áreas de livre comércio nos Municípios de Plácido de Castro, Xapuri, Assis Brasil e Capixaba, no Estado do Acre, e dá outras providências.	04.07.97		MOISÉS BENESBY 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO PRAZO EMENDAS 3.11.98 A 10.11.98	Aprovado, unanimemente, o projeto, nos termos do parecer reformulado favorável do Relator 09.12.98	Arquivado	Concedida vista ao Dep. OSMIR LIMA. 01.02.98 DEVOLVIDO AO RELATOR, PARA REFORMULAR O PARECER 07.07.98
PL 2.729/97 ART. 54	CONFÚNCIO MOURA	Dispõe sobre o abate, beneficiamento, transporte e comercialização experimental de fauna silvestre brasileira, apanhada mediante licença especial	13.03.98	PRIORIDADE CADR/CME/CEIC/CCJR	SOCORRO GOMES 23.03.98	23.08.97 a 30.03.98 NÃO HOUVE EMENDAS			Arquivado	
PL 2.858/97 ART. 24, II	JOSÉ PIMENTEL E OUTROS 11	Dispõe sobre a destinação de percentual dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para financiar as atividades produtivas de agricultores de base familiar e dá outras providências.	07.05.97	ORDINÁRIA CADR/CAPR/CFT/CCJR	SALOMÃO CRUZ 09.05.97	09.05.97 a 16.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 19.06.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 20.08.97	À CAPR 01.09.97	
PL 2.880/97 ART. 54 ART. 24, II	GILNEY VIANA	Cria a Reserva Biológica de Marabá, no Município de Marabá, no Estado do Pará.	22.04.97	ORDINÁRIA CADR/CDCMAM/CCJR	ASDRUBAL BENTES 25.04.97	25.04.97 a 07.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS			Arquivado	
PL 2.881/97 ART. 54 ART. 24, II	GILNEY VIANA	Cria a Floresta Nacional da Paraupébas, no Estado do Maranhão.	22.04.97	ORDINÁRIA CADR/CDCMAM/CCJR	ASDRUBAL BENTES 25.04.97	25.04.97 a 07.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL C/ SUBSTITUTIVO 27.08.97	Aprovado, unanimemente nos termos do parecer do Relator. 17.09.97	À CDCMAM 28.11.97	
PL 2.883/97 ART. 54 ART. 24, II	GILNEY VIANA	Cria a Reserva Biológica de Buriticupu, no Estado do Maranhão.	22.04.97	ORDINÁRIA CADR/CDCMAM/CCJR	NAN SOUZA 25.04.97	25.04.97 a 07.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL C/ EMENDA 04.09.97	Aprovado, unanimemente o projeto nos termos do parecer do Relator. 01.03.98	À CDCMAM 14.04.98	

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 2.910/97 ART. 24, I	ARTHUR VIRGÍLIO	Acrescenta § 5º ao art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências.	09.05.97	PRIORIDADE CADR - CDUI - CFT - CCJR	ALZIRA EWERTON 14.05.97	14.05.97 a 21.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 28.08.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 01.10.97	A CDUI 09.10.97	
PL 2.994-A/97 Art. 54 Art. 24, II	JAIR BOLSONARO	Proíbe, pelo prazo de cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de floresta nativa.	25.09.97	ORDINÁRIA, CEIC/ CADR/ CDCMAM/ DDJR/	GERALDO PASTANA 08.10.97	08.10.97 a 15.10.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 15.04.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 18.11.98	A CDCMAM 19.11.98	
PL 3.211/89 ART. 24, II	ADHEMAR DE BARROS FILHO	Regulamenta o artigo 238 da Constituição Federal, dispondo sobre venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo, de demais matérias-primas renováveis e de álcool carburante.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88						
PL 3.313/97 ART. 54 ART. 24, II	CONFÚCIO MOURA	Altera dispositivo do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.	22.07.97	T. ORDINÁRIA CADR / CCJR	LUIZ FERNANDO 12.08.97	14.08.97 a 22.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS			Arquivado	
PL 3.387/89 ART. 24, II	SÉRGIO SPADA	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo, do álcool etílico combustível e sucedâneos e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88						
PL 2.888/97 ART. 54	GERSON PERES	Dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências.	18.07.97	T. ORDINÁRIA CADR / CVT / CFT	ASDRUBAL BENTES 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 09.09.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 08.10.97	A CVT 09.10.97	Concedida vista ao Dep. Salomão Cruz. 01.10.97
PL 3.844/97 ART. 24, II	WAGNER ROSSI	Permite a comercialização dos produtos derivados de petróleo, do álcool etílico combustível e sucedâneos e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88					Arquivado	
PL 3.922/89 ART. 24, II	ANTÔNIO SALIM CURIATI	Dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo ou de outras matérias-primas renováveis e de álcool carburante disciplinando o artigo 238 da Constituição Federal.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88						
PL 4.081/98 ART. 54	JOÃO RIBEIRO	Cria área de livre comércio no Município de Araguaína, no Estado do Tocantins, e dá outras providências.	19.08.98	ORDINÁRIA		30.10.98 a 9.11.98 NÃO HOUVE EMENDAS			Arquivado	
PL 4.113/89 ART. 24, II	FRANCISCO AMARAL	Dispõe sobre o funcionamento dos postos de serviço revendedores de combustível e lubrificantes e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 2.671/89						
PL 4.175/88 ART. 24, II	FRANCISCO RODRIGUES	Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAN) no interior da Amazônia.	13.03.98	PRIORIDADE	RAIMUNDO SANTOS 31.05.99	31.05 a 08.08.99 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 25.08.99	APROVADO, UNANIMEMENTE, O PROJETO	A CFT 08.10.99	
PL 4.290/98 ART. 54	VIC PIRES FRANCO	Dispõe sobre a criação da Zona Franca de Santarém, no Pará.	17.08.98	ORDINÁRIA CADR/CEIC/CFT /CCJR	JOSUÉ BENGTSON 20.10.99	02.09 a 13.09.99 NÃO RECEBEU EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 1.12.99		Arquivado	
PL 4.321/98 ART. 54	ELTON ROHNELT	Determina revisão em condições especiais sobre as dívidas controladas por mutuários da região Norte assolada por incêndio de graves efeitos ambientais, com instituições de crédito oficiais.	03.06.98	PRIORIDADE CADR/CFT(MÉRIT O)/CCJR	ANIVALDO VALE	19.08.98 a 30.08.98			Arquivado	
PL 4.742/84 ART. 24, II	PAULO RAMOS	Determina que as distribuidoras de derivados de petróleo instalem bombas de abastecimento de gás combustível	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 2.671/89						



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PROJETOS APROVADOS

1 - PROJETO DE LEI Nº 314-A/95 - do Sr. Pauderney Avelino - que "cria área de livre comércio no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, e dá outras providências".

2 - PROJETO DE LEI Nº 1.610-A/96 - do Senado Federal - que "dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal".

3 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3/99 - do Sr. Átila Lins - que "cria a Região Integrada de Desenvolvimento Manaus-Boa Vista e dá outras providências".

4 - PROJETO DE LEI Nº 2.343-A/96 - do Sr. Pauderney Avelino - que "dispõe sobre a implantação de consórcios ecológicos para a defesa ambiental da Amazônia".

5 - PROJETO DE LEI Nº 16/99 - do Sr. Paulo Rocha - que "dispõe sobre a proteção da floresta natural primária na região Norte e ao norte da região Centro Oeste".

6 - PROJETO DE LEI Nº 4.175/98 - do Sr. Francisco Rodrigues - que "dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) no interior da Amazônia".

PROJETO REJEITADO

1 - PROJETO DE LEI Nº 2.671/89 - do Senado Federal (PLS nº 34/89) - que "dispõe sobre o exercício das atividades de Posto Revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combustível-AEHC, e dá outras providências". Apensados os PLs nºs PL 4.113/89 - PL nº 5.403/90 (PL nº 1.060/88 [PL nº 1.911/89, PL 2.413/89, PL 2.615/89, PL 3.211/89, PL 3.387/89 e o PL 3.922/89] - PL 4.742/94, PL 1.741/96 e o PL 2.450/96) e 3.644/97 2.671/89, 5.403/90 (1.060/88 [1.911/89, 2.413/89, 2.615/89, 3.211/89, 3.387/89, 3.922/89]), 4.742/94, 1.741/96, 2.450/96, 3.644/97.

RELATOR: Deputado MÁRIO DE OLIVEIRA

PROJETOS PENDENTES

1 - PROJETO DE LEI Nº 2.175-A/96 - do Sr. Vilmar Rocha - que "altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, modificando a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e prorroga o prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, modificado pela Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994".

RELATOR: Deputado PASTOR AMARILDO

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.359/96 - do Sr. Luciano Pizzatto - que "dispõe sobre áreas de compensação da reserva legal prevista no artigo 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e suas modificações".

RELATOR: Deputado MARCOS AFONSO

3 - PROJETO DE LEI Nº 2.694/97 - do Sr. Anivaldo Vale - que "inclui no Plano Nacional de Viação trecho rodoviário que menciona, no Estado do Pará".

RELATORA: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN

4 - PROJETO DE LEI Nº 4.290/98 - do Sr. Vic Pires Franco - que "dispõe sobre a criação da Zona Franca de Santarém, no Pará".

RELATOR: Deputado JOSUÉ BENGTON

5 - PROJETO DE LEI Nº 334-A/99 - do Sr. Pedro Fernandes - que "dá nova redação ao inciso I do art. 5º e acrescenta § 3º ao art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JOÃO CASTELO

6 - PROJETO DE LEI Nº 607/99 - do Sr. Murilo Domingos - que "dispõe sobre a reserva legal dos imóveis rurais e dá outras providências". (Apensado ao PL Nº 2.359/96).

7 - PROJETO DE LEI Nº 1.076/99 - do Sr. Valdir Ganzer - que "dispõe sobre a alocação da Parcela de Preço Específica dos combustíveis, na Amazônia Legal".

RELATOR: Deputado EVANDRO MILHOMEM

8 - PROJETO DE LEI Nº - 1.091-A/99 - do Sr. Waldemir Moka - que "modifica o art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1996".

RELATOR: Deputado PASTOR AMARILDO

9 - PROJETO DE LEI Nº 1.484-99 - do Sr. Átila Lins - que "cria área de livre comércio no Município de Parintins, no Estado do Amazonas e dá outras providências".

RELATORA: Deputada ZILA BEZERRA

10 - PROJETO DE LEI Nº 1.915/99 - do Senado Federal (PLS 191/99) - que "dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras".

RELATOR: Deputado JOSUÉ BENGTON



EMENDAS AO ORÇAMENTO PARA 2000

As emendas da Comissão da Amazônia para ao Programa Plurianual 2000/2003 do Governo Federal, somou R\$571.000.000,00 milhões de reais. Os deputados otimizam recursos para serem aplicados na Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêrrio, Implantação de Gasodutos na Amazônia Legal, Desenvolvimento do Setor Exportador, Educação Ambiental, Saneamento e Melhorias das Condições de Habitação da Amazônia Legal.

Os membros da Comissão apresentaram mais cinco emendas ao orçamento geral da união que somam R\$280.000.000,00 direcionados ao Desenvolvimento de Programas para Aproveitamento Sustentável de Áreas Alteradas e Degradadas na Amazônia Legal, Estimulo à Produção Agropecuária, Interiorização de Ensino Superior e Pesquisa na Amazônia Legal Brasileira e ainda a Implantação e Manutenção de Infra-Estrutura Básica nos Municípios e nos Pelotões Especiais de Fronteira da Calha Norte.

Para os deputados as propostas apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentários Públicos e Fiscalização, são de vital importância para o desenvolvimento da Região Amazônica e muito contribuirão para a melhoria na qualidade de vida do povo amazonida.



Emenda	Título	Localidade - UF	Complemento da Localidade
		UO (Código - Nome)	Funcional-Programática
001	PROJETO ATÍPICO APROVEITAMENTO SUSTENTAVEL DAS AREAS ALTERADAS E DEGRADADAS NA AMAZONIA LEGAL - REGIÃO NORTE - NO REGIÃO NORTE - NO 44101 - MIN. DO MEIO AMBIENTE		99.999.9999.9999.0000

Situação do Subtítulo: Novo
 Área de Governo: MEIO AMBIENTE E AMAZONIA LEGAL
 Modalidade: ATÍPICA / OUTRAS
 Tipo de Realização: *ATÍPICO (NÃO PREV. NA TABELA)
 Esfera Orçamentária: Fiscal

Metas - Descrição	Quantidade Acrescentada
MUNICIPIO ATENDIDO (UNIDADE)	500
ACRÉSCIMOS:	
	GND Mod. Aplicação Valor
	4 40 50.000.000
CANCELAMENTOS:	
Sequencial Fonte	GND Mod. Aplicação Valor
007593 100	8 00 50.000.000

JUSTIFICAÇÃO:
 RECUPERAR AREAS ALTERADAS NA AMAZONIA BRASILEIRA E UMA DAS ALTERNATIVAS MAIS EFICIENTES PARA A REDUÇÃO DAS TAXAS DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS NA REGIAO, ALEM DE UMA OPORTUNIDADE UNICA PARA PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MEIO RURAL, EVITANDO A MIGRAÇÃO PARA ÁREAS URBANAS.
 SENDO CALCULOS DA EMBRAPA, PARA RECUPERAR 1 HECTARE DE AREA RAADA NA AMAZONIA ESTIMA-SE UM CUSTO DE R\$ 250,00. PORTANTO, A CORRETA APLICAÇÃO DOS 50 MILHOES DE REAIS SOLICITADOS NA PRESENTE EMENDA
 PODEM REPRESENTAR, NO MINIMO, 200.000 HECTARES DE FLORESTA CONSERVADA, ALEM DOS BENEFICIOS SOCIAIS E ECONOMICOS DA PRODUÇÃO OBTIDA.

Emenda	Título	Localidade - UF	Complemento da Localidade
		UO (Código - Nome)	Funcional-Programática
002	ESTIMULO A PRODUÇÃO AGROPECUARIA		
	ESTIMULO A PRODUÇÃO AGROPECUARIA NA AMAZONIA LEGAL - REGIÃO NORTE - NO		
	REGIÃO NORTE - NO		
	22101 - M. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		20.605.9999.1494.0000

Situação do Subtítulo: Novo
Área de Governo: AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E REF.AGRARIA
Tipo de Realização: DESENVOLVIMENTO RURAL
Modalidade: APOIO A/O/AOS
Esfera Orçamentária: Fiscal

Metas - Descrição	Quantidade Acrescentada
PROJETO ASSISTIDO (UNIDADE)	500
ACRÉSCIMOS:	
	GND Mod.Aplicação Valor
	4 40 70.000.000
CANCELAMENTOS:	
Sequencial Fonte	GND Mod.Aplicação Valor
007593 175	8 00 70.000.000

JUSTIFICAÇÃO:

TODOS OS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A AMAZONIA BRASILEIRA TEM, DE UMA FORMA OU DE OUTRA, SUAS ECONOMIAS LIGADAS AO SETOR AGRICOLA, PRINCIPALMENTE ATRAVES DA AGRICULTURA FAMILIAR, NA PRODUÇÃO DE CULTURAS DE SUBSISTENCIA.

TODA ESSA PRODUÇÃO PRECISA SER ESCOADA PARA OS CENTROS DE ESPECIALIZAÇÃO. POREM DEVIDO AS FORTES CHUVAS QUE CAEM SOBRE A LAMPAO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE CADA ANO, AS ESTRADAS VICINAIS, QUE NAO SAO ASFALTADAS E SIM DE CHAO, FICAM INTRAFEGAVEIS, IMPEDINDO A PASSAGEM DE VEICULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS AGRICOLAS. RESTA AO AGRICULTOR FAZER O TRANSPORTE EM SUAS PROPRIAS COSTAS OU NO LOMBO DE ANIMAIS. MESMO ASSIM, A PERDA DA PRODUÇÃO E SIGNIFICATIVA, GERANDO PREJUIZO E, AO MESMO, IMPEDINDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMILIAS RURAIS ALI RESIDENTES.

A REVERSAO DESSE QUADRO PODE COMEÇAR ATRAVES DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS PELO GOVERNO FEDERAL, FATO QUE ALEM DE MANTER O AGRICULTOR FIXO NO CAMPO, AJUDARA A ECONOMIA DOS MUNICIPIOS, POIS GARANTINDO O ESCOAMENTO/COMERCIALIZAÇÃO, OS DEMAIS SETORES ECONOMICOS ESTARAO FORTALECIDOS.



Emenda	Título	Localidade - UF	Complemento da Localidade
		UO (Código - Nome)	Funcional-Programática
003	PROJETO ATÍPICO APOIO AO TURISMO NA AMAZONIA LEGAL BRASILEIRA - REGIÃO NORTE - NO REGIÃO NORTE - NO 51101 - MIN. ESPORTE E TURISMO		99.999.9999.9999.0000

Situação do Subtítulo: Novo
 Área de Governo: DESPORTO E TURISMO
 Modalidade: ATÍPICA / OUTRAS
 Tipo de Realização: *ATÍPICO (NÃO PREV. NA TABELA)
 Esfera Orçamentária: Fiscal

Metas - Descrição
 PROJETO APOIADO (UNIDADE)
 Quantidade Acrescentada
 50

ACRÉSCIMOS:	GND	Mod. Aplicação	Valor
	4	90	50.000.000
CANCELAMENTOS:	GND	Mod. Aplicação	Valor
Sequencial	8	00	50.000.000
007593	175		

JUSTIFICAÇÃO:
 O DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA BRASILEIRA, SEM AGRESSÃO AO MEIO AMBIENTE, TEM SIDO MOTIVO DE PREOCUPAÇÃO CONSTANTE NÃO SO POR PARTE DO GOVERNO FEDERAL QUE TEM CRIADO ALGUNS PROGRAMAS DE INVESTIMENTO NA REGIÃO (SEM OS RESULTADOS SATISFATORIOS), COMO E PREOCUPAÇÃO MUNDIAL TAMBEM, POIS, O IMENSO POTENCIAL DA BIODIVERSIDADE DA REGIÃO QUE AOS POUCOS ESTA SENDO DESTRUÍDA PELA PRÓPRIA POPULAÇÃO QUE DESCONHECE A RIQUEZA, ESTA AUMENTANDO O INTERESSE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL A FINALIDADE DE INTERVIR VISANDO A PRESERVAÇÃO.
 DE FORMA QUE NÃO TEMOS DUVIDAS NENHUMA DE QUE INVESTIR NO TURISMO NA AMAZONIA, IMPLANTANDO UMA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA, SERÁ A ABERTURA PARA O SEU DESENVOLVIMENTO OBEDECENDO TODA A ORIENTAÇÃO DA AGENDA 21 MUNDIAL, ATRAVES DA QUAL FICA BASTANTE CLARA A INTENÇÃO DOS SEUS CRIADORES, CASO NÃO DEMONSTRAMOS A NOSSA COMPETENCIA PARA ADMINISTRAR ESSE IMENSO LABORATORIO QUE PRODUZ E PRESERVA A VIDA DO PLANETA. RESSALTE-SE AINDA QUE O POTENCIAL TURISTICO DA AMAZONIA É TÃO GRANDE QUE, ALÉM DO TURISMO ECOLÓGICO QUE CONSIDERAMOS O CARRO-CHEFE DO PROGRAMA, AINDA TEM O TURISMO RELIGIOSO, HISTÓRICO, CIENTÍFICO E CULTURAL.



Emenda	Título	Localidade - UF	Complemento da Localidade
		UO (Código - Nome)	Funcional-Programática
004	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR		
	INTERIORIZACAO DO ENSINO SUPERIOR E PESQUISA NA AMAZONIA LEGAL BRASILEIRA - REGIÃO NORTE - NO		
	26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO		12.364.0041.3076.0000

Situação do Subtítulo: Novo

Área de Governo: EDUCAÇÃO

Modalidade: CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO

Tipo de Realização: ENSINO SUPERIOR - GRADUAÇÃO

Esfera Orçamentária: Fiscal

Metas - Descrição

ALUNO ATENDIDO (UNIDADE)

Quantidade Acrescentada

1.000

ACRÉSCIMOS:			GND	Mod.Aplicação	Valor
			4	90	60.000.000
CANCELAMENTOS:	Sequencial	Fonte	GND	Mod.Aplicação	Valor
	007593	100	8	00	60.000.000

JUSTIFICACÃO:

AS POLITICAS ADOTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NO TOCANTE A EDUCACAO TEM TRAZIDO, COMO CONSEQUENCIA, A EXPANSAO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO. POR CONSEQUENCIA, O MAGISTERIO NECESSITA SE QUALIFICAR NO MESMO RITMO, VEZ QUE A FIGURA DOS PROFESSORES LEIGOS ESTA PRATICAMENTE LUIDA DO PRIMEIRO GRAU MAIOR E, NO SEGUNDO GRAU, OCORRE A MESMA SA COM OS PROFESSORES NAO-LICENCIADOS.

NESTE CONTEXTO, AS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIAO DESEMPENHAM PAPEL FUNDAMENTAL, VEZ QUE SAO PRATICAMENTE AS UNICAS INSTITUICOES RESPONSAVEIS PELA QUALIFICACAO DO MAGISTERIO NOS ULTIMOS 12 ANOS, MOTIVO PELO QUAL A INTERIORIZACAO DOS CAMPUS UNIVERSITARIOS E EXTREMAMENTE NECESSARIA, NO SENTIDO DE SEREM FORMADOS QUADROS COMPETENTES DE PROFESSORES, QUE ATENDERAO AO CRESCIMENTO DO CONTINGENTE DE ALUNOS NOS 1º E 2º GRAUS.

TAMBEM A INTERIORIZACAO DAS PESQUISAS NA REGIAO E NECESSARIA, ATE PORQUE NAO SE PODE CONCEBER UMA ESTRUTURA DE PESQUISA BASEADA TAO SOMENTE NAS CAPITAIS OU GRANDES CIDADES DA REGIAO. A PRODUCAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO PRESSUPOE TAMBEM A SUA DIFUSAO, CATALOGANDO-SE E PESQUISANDO-SE A DIVERSIDADE BIOLOGICA E SOCIO-CULTURAL DA AMAZONIA, TORNANDO-A DE CONHECIMENTO. A GRANDE MAIORIA DAS INSTITUICOES DE PESQUISA ATUAM EM CONJUNTO COM AS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR NO PROGRAMA PRO-CIENCIAS DO MINISTERIO DA EDUCACAO, VOLTADO PARA A CAPACITACAO DE PROFESSORES NO 1º E 2º GRAUS.

ESTAS, PORTANTO, AS JUSTIFICATIVAS QUE LEVARAM OS MEMBORS DESTA COMISSAO A APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DE FORMA A QUE SE POSSA CARREAR RECURSOS PARA ESTAS ATIVIDADES DE ENSINO E PESQUISA NOS MAIS DIVERSOS RINCOES DA REGIAO AMAZONICA, TRAZENDO POR CONSEQUENCIA A POSSIBILIDADE DE UMA MAIOR QUALIFICACAO DOS PROFESSORES E A GERAÇÃO CONHECIMENTOS CIENTIFICOS.

Emenda	Título	Localidade - UF	Complemento da Localidade
		UO (Código - Nome)	Funcional-Programática
005	PROJETO ATÍPICO IMPL. E MANUT. DE INFRAESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS E NOS PELOTOES ESPECIALS DE FRONTEIRA DA CALHA NORTE - REGIÃO NORTE - NO	52101 - MINISTERIO DA DEFESA	99.999.9999.9999.0000

Situação do Subtítulo: Novo

Área de Governo: DEFESA NACIONAL E AEROPORTOS

Modalidade: ATÍPICA / OUTRAS

Tipo de Realização: *ATÍPICO (NÃO PREV. NA TABELA)

Esfera Orçamentária: Fiscal

Metas - Descrição	Quantidade Acrescentada
ACAO DESENVOLVIDA (UNIDADE)	2
AERODROMO OU AEROPORTO REFORMADO (UNIDADE)	2
ANCORADOURO CONSTRUIDO (UNIDADE)	2
PELOTAO ESPECIAL DE FRONTEIRA EQUIPADO (UNIDADE)	1

ACRÉSCIMOS:			GND	Mod. Aplicação	Valor
			3	90	20.000.000
			4	40	10.000.000
			4	90	20.000.000
CANCELAMENTOS:	Sequencial	Fonte	GND	Mod. Aplicação	Valor
	007593	100	8	00	50.000.000

JUSTIFICAÇÃO:

EMENDA POSSIBILITARA A CONSTRUÇÃO DOS ATRACADOUROS/ANCORADOUROS DE MANAUS E QUEIROZ GALVAO, NA CIDADE DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM, PERMITINDO, ASSIM, QUE CARGAS E PASSAGEIROS POSSAM FAZER TRANSBORDOS COM SEGURANÇA NOS TRECHOS ENCACHOEIRADOS DO RIO NEGRO. TRATA-SE DE UM ANSEIO ANTIGO DA POPULAÇÃO E PROPICIARA, COM CERTEZA, UM DESENVOLVIMENTO MAIS ACELERADO PARA A REGIAO. HA MAIS DE CINCO ANOS, O PROGRAMA CALHA NORTE VEM TENTANDO A IMPLANTACAO DESSES ATRACADOUROS/ANCORADOUROS, NAO OBTENDO SUCESSO POR INSUFICIENCIA DE RECURSOS OU POR NAO ENCONTRAR, NO MINISTERIO DOS TRANSPORTES, PARCEIRO DISPOSTO A REALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO. PERMITIRA A IMPLANTAÇÃO DO PELOTAO ESPECIAL DE FRONTEIRA DE TIROS - PA. DESTA FORMA, FICA FORTALECIDA A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NA REGIAO, PARTICULARMENTE NA FAIXA DE FRONTEIRA, ATUANDO DE FORMA DIRETA NA MANUTENÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL, INIBINDO A PROLIFERAÇÃO DE AÇÕES ILÍCITAS E SERVINDO DE NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO E DE APOIO AS COMUNIDADES DA ÁREA. É PREOCUPANTE O FATO DE EXISTIR CERCA DE DOIS MIL QUILOMETROS DE FRONTEIRA SEM INSTALAÇÕES PERMANENTES PARA UMA PEQUENA UNIDADE MILITAR. POSSIBILITARA, TAMBEM, A AMPLIAÇÃO E O MELHORAMENTO DO AERODROMO DE TIROS - PA OU DE OIAPOQUE - AP. FACILITA-SE, ASSIM, A ATUAÇÃO DOS ORGÃOS PÚBLICOS BRASILEIROS NA REGIAO E GARANTE-SE A OPERAÇÃO SEGURA DAS AERONAVES, BEM COMO PROPORCIONA-SE ALTERNATIVAS DE SEGURANÇA PARA A AVIAÇÃO COMERCIAL. PERMITIRA, AINDA, A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO NOS MUNICIPIOS DE TABATINGA - AM, SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM, ACARAÍMA - RR, ALMERIM - PA E OIAPOQUE - AP.

OBSERVAÇÃO:

A CALHA NORTE E A REGIAO MAIS CARENTE DA AMAZONIA, E O PROGRAMA CALHA NORTE E O UNICO PROGRAMA VOLTADO PARA AQUELA PARCELA DO TERRITORIO NACIONAL. OS RECURSOS PARA O PROGRAMA TEM SIDO CADA VEZ MAIS DECRESCENTE, COMPROMETENDO AS METAS MINIMAS PLANEJADAS E DETRIMENTO DE UMA POPULAÇÃO QUE SE RESSENTE DA POUCA PRESENÇA DA AÇÃO GOVERNAMENTAL, PENALIZANDO: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL; AS CONDIÇÕES PARA MELHOR ASSEGURAR A SOBERANIA E INTEGRIDADE TERRITORIAL NA FAIXA DA FRONTEIRA NORTE; A OFERTA DE RECURSOS SOCIAIS BÁSICOS A POPULAÇÃO DA REGIAO; E O CONTROLE DE ILÍCITOS TRANSNACIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA, QUE SE TEM ACENTUADO ULTIMAMENTE, EXIGINDO AÇÃO GOVERNAMENTAL EFETIVA E IMEDIATA. A EMENDA PERMITIRA ATUAR DE FORMA MAIS DIRETA NAS ÁREAS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA, PROCURANDO SOLUÇÕES IMEDIATAS PARA PROBLEMAS CRÔNICOS E URGENTES, ALÉM DE LEVAR ASSISTÊNCIA AS COMUNIDADES MAIS LONGINQUAS E ISOLADAS, PARTICULARMENTE NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS UNIDADES MILITARES DE FRONTEIRA.



REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO nº 01/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita que sejam convidados o senhor presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEL, o presidente da Eletronorte e o representante da Federação Nacional dos Urbanitários a comparecerem a esta Comissão para prestarem esclarecimentos sobre a repercussão que a cisão da Unidade Hidrelétrica de Tucuruí terá sobre o desenvolvimento do Amazonas e demais estados da região norte".

REQUERIMENTO nº 02/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "propõe a constituição de subcomissão especial para estudos do impacto que terá a cisão da Unidade Hidrelétrica de Tucuruí, do Sistema Eletronorte, sobre o processo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica nos 9 estados da Região Norte (Amazonas, Tocantins, Amapá, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Roraima e Maranhão), que são supridos de energia elétrica pela Eletronorte".

REQUERIMENTO nº 03/99 - do Sr. Paulo Rocha - que "requer a convocação do Sr. Ministro Extraordinário de Política Fundiária para debater questão de grilagem de terras na Amazônia".

REQUERIMENTO nº 04/99 - do Sr. Paulo Rocha - que "requer a realização de audiência pública para discutir as Políticas de Desenvolvimento da Amazônia, o Fundo Constitucional do Norte-FNO e a privatização do Banco da Amazônia - BASA".

REQUERIMENTO nº 05/99 - do Sr. Paulo Rocha - que "requer a convocação do Sr. Ministro de Minas e Energia para discutir a cisão e privatização da UHE Tucuruí e da Eletronorte".

REQUERIMENTO nº 06/99 - dos Srs. Marcos Afonso, Valdir Ganzer e João Grandão - que "requer a realização de reunião de audiência pública com o Sr. Ministro do Meio Ambiente para tratar da Instrução Normativa nº 4, de 25 de março de 1999".

REQUERIMENTO nº 07/99 - dos Srs. Jorge Costa e Deusdeth Pantoja - que "requer a convocação do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Sr. Raul Belens Jugmann Pinto, para debater a questão do Programa de Reforma Agrária para as regiões do Nordeste do Pará, Baixo Tocantins e das Ilhas.



REQUERIMENTO nº 08/99 - dos Srs. Jorge Costa e Deusdeth Pantoja - que "requer reunião de audiência pública com o Ministro do Meio Ambiente, Sr. Sarney Filho, tratando do desenvolvimento auto-sustentável da região Nordeste do Pará, Baixo Tocantins e região das Ilhas.

REQUERIMENTO nº 09/99 - dos Srs. Jorge Costa e Deusdeth Pantoja - que "requer reunião de audiência pública para discutir as Políticas de Desenvolvimento da Amazônia, o Fundo Constitucional do Norte (FNO), através do Banco da Amazônia (BASA), nas regiões do Nordeste do Pará, Baixo Tocantins e da Ilhas.

REQUERIMENTO nº 10/99 - do Sr. Jorge Costa - que "solicita encaminhamento de indicação aos Ministérios do Meio Ambiente, da Reforma Agrária e da Agricultura, no âmbito de suas competências, sugerindo providências no sentido da preservação dos castanhais, principalmente no Sul do Pará".

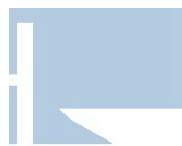
REQUERIMENTO nº 11/99 - do Sr. Raimundo Santos - que "requer audiência pública com finalidade de ouvir os Srs. Superintendentes dos SEBRAE's da Amazônia Legal, sobre o apoio da instituição no combate ao desemprego na Região e no fortalecimento ao pequeno produtor rural, além do micro e pequeno empresários".

REQUERIMENTO Nº 12/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita a convocação do Sr. Ministro da Agricultura, a fim de prestar esclarecimentos sobre o registro e comercialização de produtos transgênicos no Brasil".

REQUERIMENTO Nº 13/99 - do Sr. Badu Picanço - que "solicita que sejam convidados a comparecer a esta Comissão o Sr. Ministro do Meio Ambiente e os Srs. Governadores dos Estados do Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amazonas e do Amapá para a explanação deste último sobre a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá".

REQUERIMENTO Nº 14/99 - do Sr. Jorge Costa - que "requer a criação de uma Subcomissão, no âmbito da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, para proceder levantamento da situação nas regiões da Ilha do Marajó, Baixo Tocantins e Baixo Amazonas e dá outras providências".

REQUERIMENTO Nº 15/99 - do Sr. Josué Bengston - que "solicita que seja convidado o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Diretor-Presidente do Grupo Rede no Brasil, a fim de prestar esclarecimentos sobre as atividades de seu grupo na



Região Norte".

REQUERIMENTO Nº 16/99 - do Sr. Josué Bengston - que "requer a criação de três (3) Subcomissões Permanentes, no âmbito desta Comissão, para tratar dos seguintes temas: Valorização Econômica e Social; Desenvolvimento Sustentável e Exploração dos Recursos Minerais, Vegetais e Hídricos da Região Amazônica".

REQUERIMENTO Nº 17/99 - do Sr. Raimundo Santos - que "requer a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito desta Comissão, para tratar da geração de emprego e renda".

REQUERIMENTO Nº 18/99 - do Sr. Mário de Oliveira - que "requer a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito desta Comissão, para tratar do Desenvolvimento Sustentável e Exploração dos Recursos Minerais, Vegetais e Hídricos".

REQUERIMENTO Nº 19/99 - do Sr. Jorge Costa - que "requer a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito desta Comissão, para tratar dos Direitos Humanos: exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo e exploração sexual".

REQUERIMENTO Nº 20/99 - do Sr. Benedito Dias - que "solicita que sejam convocados dois chefes de departamentos, um secretário e um técnico do Ministério de Minas e Energia; diretores da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) e da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), bem como o Secretário de Meio Ambiente - AP, um deputado estadual e um vereador do Amapá".

REQUERIMENTO Nº 21/99 - do Sr. Nilson Pinto - que "solicita que seja convidado a comparecer a esta comissão o coordenador do Programa Bolsa Amazônia para fazer exposição sobre as atividades do referido programa".

REQUERIMENTO Nº 22/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita que sejam convidados o representante do Grupo de Trabalho da Amazônia - GTA e o representante da Rede Amazônica de Televisão para debaterem o projeto Comunidade da Amazônia - Transição do Século XXI".

REQUERIMENTO Nº 25/99 - do Sr. Deusdeth Pantoja - que "solicita que sejam convidados o Sr. Secretário Executivo de Saúde do Estado do Pará, e o Sr. Coordenador da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Pará, a comparecer a



esta Comissão para prestarem esclarecimentos sobre o crescente processo de estadualização e municipalização da área de Saúde, agravamento da crise na Saúde nos estados e municípios da região Amazônica, aliado ao ressurgimento de surtos epidêmicos antes controlados sanitariamente, naquela vasta região".

REQUERIMENTO Nº 26/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que

"solicita que se oficie o Presidente da FNS, e representante do SINDSEP/AM, para que participem de audiência pública, a fim de debaterem a situação da FNS e sua ação na Região Amazônica, o processo de municipalização na área de saúde, bem como questões relativas as irregularidades detectadas nas Coordenações dos Estados do Amazonas, Amapá e Maranhão".

REQUERIMENTO Nº 27/99 - do Sr. Josué Bengtson - que "requer que sejam convidados a comparecerem a esta Comissão os Senhores Dr. Miguel Navarrete Fernandez Júnior - Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e o Brigadeiro-do-Ar José Orlando Bellon - Presidente da Comissão para a Coordenação do Projeto do sistema de Vigilância da Amazônia - CCSIVAM, para esclarecerem quanto aos objetivos e resultados do referido projeto para a Região da Amazônia Legal".

REQUERIMENTO Nº 28/99 - do Sr. Babá - que "requer a constituição de uma Subcomissão Especial para estudar e avaliar a acusação feita pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará de sonegação de impostos contra a Companhia Vale do Rio Doce; a denúncia de isenção irregular do pagamento de imposto de renda autorizado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a CVRD; denúncia do Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) de que a empresa deixou de pagar a taxa de uso do solo desde a sua privatização e as declarações da direção da empresa que não implantará o Projeto Salobo no Estado do Pará".

REQUERIMENTO Nº 29/99 - do Sr. Nilson Pinto - que "solicita seja convidado a comparecer a esta Comissão o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Presidente da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), Profº. Dr. Cristovam Vanderley Picanço Diniz, para fazer exposição sobre as conseqüências da implantação do projeto de autonomia universitária sobre a educação superior na Amazônia".

REQUERIMENTO Nº 30/99 - do Sr. Átila Lins - que "requer sejam convidados, para em reunião de audiência pública, os governadores dos Estados do Amazonas, Acre,



Rondônia, Roraima e Amapá, para debaterem a proposta de criação do Fundo Amazônico".

REQUERIMENTO Nº 32/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita sejam convidados os representantes da FNS - Fundação Nacional de Saúde e FUNAI - Fundação Nacional do Índio, para explicar os procedimentos que estão sendo colocados em prática para garantir o atendimento a saúde indígenas".

REQUERIMENTO Nº 33/99 - dos Srs. Paulo Rocha, Marcos Afonso e Josué Bengtson - que "requer seja convidado o Sr. Dr. Miguel Navarrete Fernandez Júnior - Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM para informar e esclarecer sobre registros minerários incidentes em terras indígenas, bem como representantes de seguimentos da sociedade direta ou indiretamente envolvidos".

REQUERIMENTO Nº 34/99 - Sr. Deusdeth Pantoja - que "convida o Sr. GONZALO VECINA NETO, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a Resolução nº 90, de 13 de maio de 1999, que trata das condições de fabricação, distribuição e comercialização das conservas de palmito, institui o recadastramento das indústrias e distribuidoras, Regulamento Técnico que fixa o Padrão de Identidade e Qualidade do Palmito em Conserva, bem como o Programa Nacional de Inspeção do palmito em caráter prioritário".

REQUERIMENTO Nº 35/99 - Sr. Marcos Afonso - que "solicita a realização de reuniões de Audiências Públicas nos Estados do Acre, Mato Grosso e Paraná, para discutir o Projeto de Lei nº 2.359/96, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que 'dispõe sobre áreas de compensação da reserva legal prevista no artigo 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e suas modificações".

REQUERIMENTO nº 37/99 - dos Srs. Paulo Rocha, Marcos Afonso e outros - que "solicita a realização de audiência pública com representantes da Anglo American, Brascam, Andrade Gutierres, RPZ Paranapanema, Mineração Taboca e entidades de garimpeiros, para discutir a atividade garimpeira em áreas indígenas e as consequências para as aldeias e o meio ambiente. Debate esse que poderá contribuir para a formulação de propostas que visem o desenvolvimento organizado da Região Amazônica".

REQUERIMENTO Nº 38/99 - dos Srs. Paulo Rocha, Marcos Afonso e outros - que



"solicita a realização de audiência pública com representantes da FOIRN - Federação das Organizações Indígena do Rio Negro, COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasil, CIR - Conselho Indígena de Roraima, IPRE - Organização dos Kayapó, CUMPIR - Organização dos Povos de Rondônia e entidades ligadas ao tema, para discutir a atividade garimpeira em áreas indígenas e as consequências para as aldeias e o meio ambiente. Debate esse que poderá contribuir para a formulação de propostas que visem o desenvolvimento organizado da Região Amazônica".

REQUERIMENTO Nº 39/99 - Da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita a realização de audiência pública com o Ministro dos Transportes e o representante da Federação Nacional dos Portuários, para debater questões relativas ao Programa de Privatização dos Portos, especialmente os localizados na Região Amazônica".

RESULTADO: retirado de pauta

REQUERIMENTO Nº 40/99 - dos Srs. Paulo Rocha, Marcos Afonso e outros - que "solicita a realização de audiência pública com representantes da Anglo American, Brascam, Andrade Gutierrez, RPZ Paranapanema, Mineração Taboca e entidades de garimpeiros, para discutir a atividade garimpeira em áreas indígenas e as consequências para as aldeias e o meio ambiente. Debate esse que poderá contribuir para a formulação de propostas que visem o desenvolvimento organizado da Região Amazônica".

RESULTADO: retirado de pauta

REQUERIMENTO Nº 41/99 - dos Srs. Paulo Rocha, Marcos Afonso e outros - que "solicita a realização de audiência pública com representantes da FOIRN - Federação das Organizações Indígena do Rio Negro, COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasil, CIR - Conselho Indígena de Roraima, IPRE - Organização dos Kayapó, CUMPIR - Organização dos Povos de Rondônia e entidades ligadas ao tema, para discutir a atividade garimpeira em áreas indígenas e as consequências para as aldeias e o meio ambiente. Debate esse que poderá contribuir para a formulação de propostas que visem o desenvolvimento organizado da Região Amazônica".

REQUERIMENTO Nº 42/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita a realização de audiência pública com o Ministro dos Transportes, para debater questões relativas a BR 230 - Transamazônica".

REQUERIMENTO Nº 43/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita a realização



de audiência pública com as presenças, da Presidente do IBAMA - Dr^a Marília Marreco Cerqueira; do Secretário do Meio Ambiente do Estado do Amapá - Dr. Antônio Sérgio Filocrião; da Secretária da Amazônia/MMA - Dr^a. Mary Helene Allegretti; do Representante da 4^a Câmara do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MFP - Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Diretora de Controle Ambiental do IBAMA - Dr^a. Damm Forattini; Coordenador do NUPEGEL/USP - Dr. Adolpho José Melfi e do Geólogo do DEAMB/IBAMA - Dr. Múcio Nobre da costa Ribeiro, para debater prioritariamente a situação da contaminação mercurial no município de Tartarugalzinho/AP, assim como avaliar as ações do Governo Federal relativas ao controle e monitoramento ambiental de áreas contaminadas por mercúrio em outras regiões brasileiras".

REQUERIMENTO Nº 44/99 - Da Sra. Marinha Raupp - que "solicita a realização de audiência pública na Comissão, para debater as metas, planos e os investimentos do PAR - Programa de Arrendamento Residencial - do Governo Federal para os Estados compreendidos na Região Amazônica Legal".

REQUERIMENTO Nº 45/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita a realização de seminário, para debater a proposta de Reestruturação do Setor Elétrico na Amazônia, com a presença do Sr. Ministro de Minas e Energia, o Secretário Nacional de Energia, o Presidente da ANEEL e o representante da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU.

REQUERIMENTO Nº 46/99 - do Sr. Josué Bengtson - que "solicita a realização de seminário para debater o tema AMAZÔNIA: QUESTÃO DE SOBERANIA NACIONAL".

REQUERIMENTO Nº 47/99 - do Sr. Josué Bengtson - que "requer a realização de Reunião de Audiência Pública com o Sr. Ministro de Estado dos Transportes - Dr. Eliseu Lemos Padilha, a Presidente do IBAMA, Dra. Marília Marreco Cerqueira e ao Procurador-Geral da República - Dr. Geraldo Brindeiro, para prestar esclarecimentos sobre a situação atual da HIDROVIA TOCANTINS-ARAGUAIA E ECLUSAS DE TUCURUÍ".

REQUERIMENTO Nº 48/99 - da Sra. Vanessa Grazziotin - que "solicita que seja convidado o Sr. Ministro Extraordinário de Política Fundiária para prestar esclarecimentos sobre a grilagem de terras na Amazônia e a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no País ou pessoas jurídicas autorizadas a funcionar no Brasil".

ATUAÇÃO DOS PARLAMENTARES EM 2000



Deputado Anivaldo Vale

PL Nº 2.515/96 - do Sr. Adão Pretto e outros - que "dá nova redação à Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências".
PLP Nº 3/99 - do Sr. Átila Lins - que "cria a Região Integrada de Desenvolvimento Manaus-Boa Vista e dá outras providências".



Deputado Deusdeth Pantoja

PL Nº 314-A/95 - do Sr. Pauderney Avelino - que "cria área de livre comércio no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, e dá outras providências".



Deputada Elcione Barbalho

PDC 59/99 - do Sr. Salomão Cruz - que "dispõe sobre a exportação de madeira extraída da Amazônia".



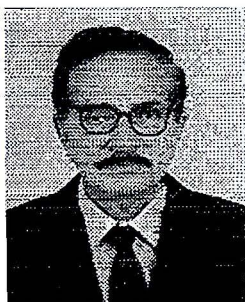
Deputado Evandro Milhomen

PL 1.076/99 - do Sr. Valdir Ganzer - que "dispõe sobre a alocação da Parcela de Preço Específica dos combustíveis, na Amazônia Legal"



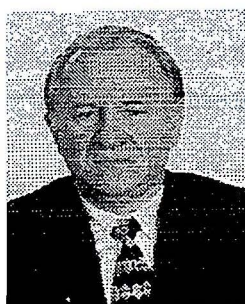
Deputado João Castelo

PL 334-A/99 - do Sr. Pedro Fernandes - que "dá nova redação ao inciso I do art. 5º e acrescenta § 3º ao art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências."



Deputado Jorge Costa

PL 16/99 - do Sr. Paulo Rocha - que "dispõe sobre a proteção da floresta natural primária na região Norte e ao norte da região Centro-Oeste."



Deputado Josué Bengtson

PL 1.610/96 - do Senado Federal - que "dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal."



Deputado Luiz Fernando

PL 3.313/97 - do Sr. Confúcio Moura - que "altera dispositivo do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente."



Deputado Mário de Oliveira

PL 2.671/89 - do Senado Federal - PLS nº 34/89 - (PL 4.113/89 - PL nº 5.403/90 (PL nº 1.060/88 [PL nº 1.911/89, PL 2.413/89, PL 2.615/89, PL 3.211/89, PL 3.387/89 e o PL 3.922/89] - PL 4.742/94, PL 1.741/96 e o PL 2.450/96) e 3.644/97- que "dispõe sobre o exercício das atividades de Posto Revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combústível-AEHC, e dá outras providências".



Deputada Marinha Raupp

PL 2.343-A/96 - do Sr. Pauderney Avelino - que "dispõe sobre a implantação de consórcios ecológicos para a defesa ambiental da Amazônia."



Deputado Marcos Afonso

PL Nº 2.359/99 - do Sr. Luciano Pizzatto - que " dispõe sobre áreas de compensação da reserva legal prevista no artigo 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e suas modificações. "



Deputado Paulo Rocha

PL 4.290/98 - do Sr. Vic Pires Franco - que "dispõe sobre a criação da Zona Franca de Santarém, no Pará".



Deputado Pastor Amarildo

PL 2.175/96 - do Sr. Vilmar Rocha - que " altera a redação do artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, modificando a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e prorroga o prazo fixado pelo artigo 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, modificado pela Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994 ".

PL 1.091/99 – do Sr. Waldemir Moka – que “Modifica o art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1996”.



Deputado Raimundo Santos

PI 4.175/98 – do Sr. Francisco Rodrigues – que “dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAN) no interior da Amazônia”.



Deputado Sérgio Carvalho

PL 680/99 – do Sr. Freire Júnior – que “Dispõe sobre a exploração de florestas na Amazônia Legal”.



Deputada Vanessa Grazziotin

PL 2.694/97 – do Sr. Anivaldo Vale - que "inclui no Plano Nacional de Viação trecho rodoviário que menciona, no Estado do Pará".



Deputada Zila Bezerra

PL 1.484/97 – do Sr. Anivaldo Vale - que "inclui no Plano Nacional de Viação trecho rodoviário que menciona, no Estado do Pará".

